



Solidariedade Entre Jovens nas Periferias: uma saída ao neoliberalismo urbano

*Solidarity Between Young People in the Outskirts:
a way out to urban neoliberalismo*

*Solidaridad Entre Jóvenes de la Periferia:
una salida al neoliberalismo urbano*

*La Solidarité Entre Jeunes en Périphérie:
une sortie au néolibéralisme urbain*

Patrícia Laczynski¹

¹ Graduada em Administração de Empresas, mestre e doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP Brasil. Atualmente é docente e diretora do Instituto das Cidades da Universidade de Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-4448-9269> E-mail: patricialac@gmail.com

Resumo

Este artigo tem a proposta de fazer uma reflexão sobre o impacto de políticas públicas neoliberais em regiões periféricas da cidade de São Paulo, mais especialmente no que diz respeito ao jovem no mundo do trabalho. Trata-se de resultados de pesquisa de campo, realizada juntamente com coletivos e empreendimentos de jovens da zona leste de São Paulo, além de órgãos públicos, entre dezembro de 2019 e março e setembro de 2020. A pesquisa aponta uma série de questões: (a) cada vez mais os jovens intercalam trabalho precário com desemprego; (b) não é algo tão comum iniciativas de jovens que se organizam de forma coletiva para gerar renda, seja via algum negócio, algum empreendimento ou via algum coletivo (como os de cultura, por exemplo); (c) mesmo não sendo tão frequente, há coletivos de jovens na periferia que visam a geração de renda. No entanto, os jovens desses coletivos têm outra fonte principal de renda, como algum emprego ou trabalho autônomo; (d) nos bairros das periferias de São Paulo, onde não há influência de fundações empresariais, os jovens têm como referência valores como solidariedade, comunidade e humanitarismo. Em bairros onde o financiamento privado já é uma realidade, os valores predominantes são empreendedorismo, negócios de impacto social e inovação.

Palavras-Chave: Juventude; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Periferias; Trabalho.

Abstract

This article proposes to reflect on the impact of neoliberal public policies in peripheral regions of the city of São Paulo, more especially with regard to young people in the world of work. These are the results of field research, carried out together with youth collectives and enterprises from the east of São Paulo, in addition to public agencies, between December 2019 and March and September 2020. The research points out a series of questions: (a) more and more young people intersperse precarious work with unemployment; (b) initiatives by young people who organize themselves collectively to generate income are not so common, whether through some business, some enterprise or some collective (such as those of culture, for example); (c) even though it is not so frequent, there are youth groups in the periphery that aim to generate income. However, the youth of these collectives have another main source of income, such as some employment or self-employment; (d) in the outskirts of São Paulo, where there is no influence from business foundations, young people refer to values such as solidarity, community and humanitarianism. In neighborhoods where private financing is already a reality, the prevailing values are: entrepreneurship, social impact businesses and innovation.

Keywords: Youth; Public Policy; Neoliberalismo; Peripheries; Work.

Resumen

Este artículo se propone reflexionar sobre el impacto de las políticas públicas neoliberales en las regiones periféricas de la ciudad de São Paulo, más especialmente en lo que respecta a los jóvenes en el mundo del trabajo. Estos son los resultados de una investigación de campo, realizada junto a colectivos y empresas juveniles del este de São Paulo, además de organismos públicos, entre diciembre de 2019 y marzo y septiembre de 2020. La investigación apunta una serie de interrogantes: (a) cada vez más jóvenes intercalan trabajo precario con desempleo; (b) no son tan comunes las iniciativas de los jóvenes que se organizan colectivamente para generar ingresos, ya sea a través de algún negocio, alguna empresa o algún colectivo (como los de la cultura, por ejemplo); (c) aunque no es tan frecuente, existen grupos de jóvenes en la periferia que buscan generar ingresos. Sin embargo, los jóvenes de estos colectivos cuentan con otra fuente principal de ingresos, como puede ser algún empleo o trabajo por cuenta propia; (d) en la periferia de São Paulo, donde no hay influencia de las fundaciones empresariales, los jóvenes se refieren a valores como la solidaridad, la comunidad y el humanitarismo. En barrios donde el financiamiento privado ya es una realidad, los valores que prevalecen son: el emprendimiento, los negocios de impacto social y la innovación.

Palavras-Chave: Juventud; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Periferias; Trabajo.

Resumé

Cet article propose de réfléchir sur l'impact des politiques publiques néolibérales dans les régions périphériques de la ville de São Paulo, plus particulièrement en ce qui concerne les jeunes dans le monde du travail. Ce sont les résultats d'une recherche sur le terrain, menée avec des collectifs de jeunes et des entreprises de l'est de São Paulo, en plus d'organismes publics, entre décembre 2019 et mars et septembre 2020. La recherche soulève une série de questions: (a) de plus en plus de jeunes alternent travail précaire et chômage; (b) les initiatives des jeunes qui s'organisent collectivement pour générer des revenus ne sont pas si courantes, que ce soit à travers un commerce, une entreprise ou un collectif (comme ceux de la culture, par exemple); (c) même si ce n'est pas si fréquent, il existe des groupes de jeunes dans la périphérie qui visent à générer des revenus. Cependant, les jeunes de ces collectifs ont une autre source principale de revenus, comme un emploi ou un travail indépendant; (d) dans la périphérie de São Paulo, où il n'y a pas d'influence des fondations d'entreprises, les jeunes font référence à des valeurs telles que la solidarité, la communauté et l'humanitarisme. Dans les quartiers où le financement privé est déjà une réalité, les valeurs dominantes sont: l'entrepreneuriat, les entreprises à impact social et l'innovation.

Mots-Clés: Jeunesse; Politique Publique; Néolibéralisme; Périphérie; Travail.

Introdução

Desde setembro de 2019 um conjunto de pesquisadores vêm desenvolvendo um trabalho que tem como objetivo mapear e caracterizar, em São Paulo, coletivos juvenis e instituições que atuam com jovens buscando construir alternativas de inclusão sócio laboral. A pesquisa pretende analisar a dimensão do trabalho, tão presente entre os jovens da América Latina e tão central na vida cotidiana dos moradores das cidades. A persistência de altos índices de desocupação e de jovens que não estudam nem trabalham, particularmente aqueles de mais baixa renda, os que vivem em contextos socioeconômicos de grande precariedade e as mulheres, desafia os estudos acadêmicos e a construção de políticas públicas (Silva, 2018).

Este artigo tem a proposta de fazer uma reflexão sobre o impacto de políticas públicas neoliberais em regiões periféricas da cidade de São Paulo, mais especialmente no que diz respeito ao jovem no mundo do trabalho, a partir dos primeiros resultados da pesquisa denominada COLETIVA JOVEM: um projeto de pesquisa e ação para suporte aos coletivos juvenis de produção nas periferias de São Paulo e Buenos Aires, realizada na zona leste² de São Paulo e com financiamento da FAPESP.

Os resultados da pesquisa com os coletivos de jovens da zona leste de São Paulo apontam uma série de questões:

- Cada vez mais os jovens intercalam trabalho precário com desemprego.
- Não é algo tão comum iniciativas de jovens que se organizam de forma coletiva para gerar renda, seja via algum negócio, algum empreendimento ou via algum coletivo (como os de cultura, por exemplo).
- Mesmo não sendo tão frequente, há coletivos de jovens na periferia que visam a geração de renda. No entanto, os jovens desses coletivos têm outra fonte principal de renda, como algum emprego ou trabalho autônomo.
- Nos bairros das periferias de São Paulo, onde não há influência de fundações empresariais, os jovens têm como referência valores como solidariedade, comunidade e humanitarismo. Em bairros onde o financiamento privado já é uma realidade, os valores predominantes são empreendedorismo, negócios de impacto social e inovação.

A pesquisa tem o objetivo final de apoiar a implantação de centros de apoio nas duas cidades e a constituição de redes a partir de ONGs, órgãos públicos, grupos e organizações de base local, que coordenem e disponibilizem recursos, instrumentos e serviços para fortalecimento da geração de trabalho, renda, educação e qualificação para o público juvenil.

² A pesquisa de campo foi realizada nas zonas sul e leste de São Paulo. Esse artigo é fruto da pesquisa realizada zona leste, mais especificamente nas regiões das Prefeituras Regionais de São Mateus e São Miguel Paulista.

1. Estado Neoliberal

Desde os anos 1970, há uma tendência mundial de os Estados cortarem suas despesas públicas, em nome do ajuste fiscal e da maior eficiência do uso dos recursos orçamentários. No período após a Segunda Guerra Mundial (anos 1940 e 1950), os países capitalistas desenvolvidos, em especial, se constituíram enquanto Estados do Bem Estar Social, priorizando ações voltadas à seguridade social (saúde, assistência social e previdência), educação, moradia e trabalho. Essa experiência refletia o tensionamento entre duas visões de mundo, uma liberal (predomínio do mercado) e outra social-democrata (maior grau de desmercantilização).

Já a partir da década de 1970, resultado de crises econômicas mundiais, cresceu no mundo a ideia da necessidade de os Estados reduzirem suas despesas e aumentarem a eficiência do uso de seus recursos, em nome do ajuste fiscal. Os governos nacionais, inspirados em países como Estados Unidos e Grã-Bretanha, se viram pressionados a mudar suas estratégias de atuação, reduzindo a sua intervenção na economia e na sociedade. Segundo Majone (1999), os Estados europeus alteraram suas ações de intervenção pública na economia, transformando-se de Estados positivos em Estados reguladores.

Para o autor, o Estado positivo é aquele que prioriza funções de redistribuição de renda (transferência de recursos de um grupo de indivíduos ou regiões para outro e provisão de serviços como educação, seguro social e assistência à saúde) e de estabilização macroeconômica (busca por níveis satisfatórios de crescimento econômico e emprego, a partir de política fiscal e monetária e políticas industriais e voltadas ao mercado de trabalho). Já o Estado regulador é aquele que prioriza a função da regulação de mercados: correção das falhas de mercado, ou seja, o poder de monopólio, as externalidades negativas, a informação incompleta, a provisão insuficiente de bens públicos).

O Estado neoliberal (ou regulador para Majone) tem como estrutura de funcionamento a privatização, liberalização e reforma reguladora. Os serviços públicos são transferidos para setores privados, mas sujeitos a regras e controle de agências reguladoras criadas pelo Estado para esse fim. O governo direto transforma-se em governo indireto, baseado na descentralização e regionalização administrativas, delegação de responsabilidade pela prestação de serviços a organização privadas, com ou sem fins lucrativos e terceirização a partir de licitações para contratação de determinados serviços.

Os direitos individuais e a propriedade privada são objetos de defesa do Estado neoliberal. É papel do Estado, nessa nova realidade, preservar uma estrutura institucional que garanta essas práticas. Em última instância, o Estado deve garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Além disso, o Estado deve estabelecer também estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais e, se necessário, o uso da força para garantia dos direitos de propriedades individuais e do funcionamento pleno e apropriado dos mercados (Harvey, 2008).

Como afirma Majone (1999),

Não importa se essas críticas não são sempre justas ou empiricamente embasadas; o fato é que um número crescente de eleitores foi convencido por elas e se dispôs a apoiar um novo modelo de governança que incluísse a

privatização de muitas partes do setor público, mais concorrência em toda a economia, maior ênfase na economia no lado da oferta e reformas de longo alcance no Estado do bem-estar. (Majone, 1999: 8).

A legitimidade do Estado neoliberal se constitui a partir da capacidade de gerar e manter a crença de que as instituições são as mais apropriadas para as funções a elas confiadas. Trata-se de um modelo baseado na construção de argumentos técnicos e científicos, desvinculados da discussão política. Enquanto ações públicas redistributivas são legitimadas apenas por decisões de grupos políticos eleitos, a ideia da regulação é justificada pelo comprometimento com o aumento da eficiência das transações de mercado.

Ao defender o livre funcionamento do mercado e a propriedade individual, o Estado neoliberal está a serviço dos empreendimentos capitalistas. Isso significa priorizar a integridade do sistema financeiro e permitir que os países mais pobres subsidiem os mais ricos, a partir do enriquecimento cada vez maior dos banqueiros internacionais, por meio da exploração dos trabalhadores empobrecidos do Terceiro Mundo (Harvey, 2008).

Robinson (2011) explica que o capitalismo a partir dos anos 1970 foi caracterizado pelo crescimento da classe capitalista transnacional. Trata-se de grandes empresas, em especial de novas tecnologias, que expandiram nos anos 1980 e 1990 e passaram por processo de hiperacumulação. Além das tecnologias inovadoras, essas empresas cresceram à custa de novas modalidades de mobilização e de exploração de mão-de-obra. São empresas que se deslocaram do Estado-nação e demonstraram uma influência descomunal de poder sobre as forças de classe e forças sociais, minando os movimentos sociais e as classes trabalhadoras.

A questão do trabalho é primordial para se entender a lógica predominante do mundo neoliberal que vivemos. Valores como flexibilidade, individualismo e empreendedorismo superam solidariedade social e coletividade. O uso do elevado grau de exploração do trabalho precisa ganhar legitimidade e legalidade perante a sociedade. As leis e regras trabalhistas são flexibilizadas e os sindicatos, por exemplo, perdem poder de negociação. Os trabalhadores se vêm cada vez mais responsáveis por suas próprias ações, perdendo o apoio de associações representativas de classe, além de verem a rede de seguridade social reduzir.

Se nos tempos do Estado do bem-estar, o modelo de negociação era baseado no corporativismo tripartite (governo-empregadores-trabalhadores), nos tempos de neoliberalismo, “as relações entre o trabalho e o capital entram na arena política (...) sob a forma de um conjunto de discretas questões de regulação social” (Majone, 1999: 26).

O caso brasileiro não é diferente. A onda conservadora e neoliberal brasileira se acirrou após 2013, com a articulação entre a tríade desregulamentação do mundo do trabalho, políticas de austeridade e ativismo jurídico (Oliveira, 2019). O neoliberalismo já vinha disputando com a democratização em uma confluência perversa, como cunhou Dagnino (2004). De fato, o Brasil, embora tenha implementado políticas públicas universalistas, buscando combater privilégios historicamente consolidados na realidade nacional e construir uma sociedade democrática, esse processo se deu a partir da Constituição Federal de 1988, quando o momento histórico do Estado de bem-estar social já havia passado (Carretero, 2021).

2. Transformações do Mundo do Trabalho

Alguns estudiosos se preocuparam com o sujeito nesse contexto neoliberal. Araujo e Martucelli (2012) defendem que o homo neoliberal é fruto da soberania do mercado como princípio geral e automático da regulação das relações sociais. A partir da repressão e do medo, do impedimento à resistência e do desinteresse pelos assuntos públicos, foi possível restaurar valores morais tradicionais e religiosos, tornando a família o baluarte da vida social. Esses sujeitos, com valores conservadores e atitudes pró-mercado, são responsáveis pelo seu destino pessoal. O princípio da competência, em todos os níveis da vida social, fundamenta um dos pilares desse novo tipo de sociedade: o êxito individual. Esse sucesso é traduzido em termos monetários e se associa permanentemente com o consumo, princípio da inclusão social em uma sociedade neoliberal.

Araujo e Martucelli (2012) estudaram o fenômeno do neoliberalismo no Chile, país que adotou o livre mercado como base de sua política econômica em um governo autoritário e ditatorial. O individualismo só se converteu em um fenômeno de massas graças ao advento da sociedade de consumo. Naquele país, com a abertura econômica e as privatizações, a opinião pública concordou que houve maior liberdade mercantil, mais produção e mais renda. O impacto do consumo gerou um sentimento inédito de pertencimento de coletivo. Ao ampliar expectativas de acesso a bens que anteriormente nem se sonhavam em ter, reforçaram valores como o individualismo e uma nova forma de participação e integração social. O cidadão político tornou o cidadão consumidor.

O resultado do neoliberalismo e da sociedade de consumo foi o sobreendividamento (Araujo & Martucelli, 2012). O crescimento baixo dos salários em relação às utilidades empresariais e as exigências para os orçamentos familiares impostas pela privatização dos serviços e crescimento das expectativas gerou em endividamento e, conseqüentemente, em uma sensação de abandono pelas instituições (Araujo & Martucelli, 2012).

Segundo os autores, “a privatização dos sujeitos se concretizou também na ignorância” (Araujo & Martucelli, 2012). A experiência pessoal é valorizada e a vida social, cada vez mais despolitizada. A vocação do antigo militante dá lugar à profissão do novo ativista. Isso significa a emergência de novas formas de mobilizações e de solidariedade mais técnicas, a partir, inclusive, da institucionalização de organizações não governamentais (ONG). Há uma mercantilização do compromisso político (ou desmobilização da cidadania) (Araujo & Martucelli, 2012).

Wendy Brown (2018) explica que este processo de despolitização que o neoliberalismo estimula é resultado da economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos, típica da racionalidade neoliberal contemporânea. Em sociedades economicizadas os recursos e práticas perdem sua validade política e ganham a econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e toda a sua crueldade e a igualdade dá lugar a mundos competitivos de perdedores e vencedores.

Uma vez que as relações entre Estado, finanças e capital corporativo se estreitam, há uma transformação da população – trabalhadores, consumidores e cidadãos – em partículas isoladas de capital humano. Trata-se de tratar os sujeitos como agentes responsáveis e culpabilizáveis

por suas vidas e pela vida da nação. É mais fácil governar e integrar o capital humano autointestador a um projeto geral de crescimento econômico, em nome do qual podem vir a se sacrificar. Para Wendy Brown (2018), o cidadão neoliberal suporta sem queixas: a intensificação das desigualdades neoliberais; as recessões crises de crédito e colapsos do mercado imobiliário; o acesso reduzido dos pobres e da classe média a bens agora privatizados, mas anteriormente públicos; e o desemprego, o subemprego e o emprego infinito (sem direitos à aposentadoria).

Em termos trabalhistas, a população brasileira tem perdido direitos nos últimos anos. A título de registro, em julho de 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017). Os seus fundamentos são: a) revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador e, segundo o qual, o primeiro é a parte mais fraca na relação de emprego, reduzindo a proteção do Estado aos trabalhadores e aumentando as garantias e a liberdade de ação das empresas nas relações de trabalho; b) redução do poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos, prevendo a possibilidade de realização de acordos individuais - inclusive verbais; c) autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei, por meio do princípio da prevalência do negociado sobre o legislado em relação a diversos aspectos das relações de trabalho; d) ampliação da participação do trabalho autônomo no conjunto das formas de contratação existentes no mercado de trabalho, dando às empresas mais alternativas de promover ajustes nos custos fixos e; e) forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista, limitando a gratuidade e impondo penalidades ao demandante caso perca a ação.

Apesar das políticas públicas de trabalho e emprego serem atacadas, é possível afirmar que os jovens têm conseguido questionar a precariedade do mundo do trabalho e criar alternativas interessantes e coletivas (Corrochano & Laczynski, 2021).

3. O Caso dos Jovens das Periferias de São Paulo

Com o objetivo de "contribuir para a construção de políticas governamentais e iniciativas da sociedade civil de geração de trabalho e renda para jovens de regiões periféricas que considerem as condições dessa inserção, bem como sua relação com outras dimensões das trajetórias juvenis, particularmente das jovens mulheres: a educação e a vida familiar", a pesquisa "Coletiva Jovem: pesquisa e ação para suporte a projetos de geração de trabalho e renda entre jovens das periferias de São Paulo e Buenos Aires", financiada pela FAPESP e composta por pesquisadores da UFSCaR (Campus Sorocaba), Unifesp (Campus Zona Leste), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e Ação Educativa, teve início em setembro de 2019.

A pesquisa, no seu primeiro ano, foi desenvolvida por meio de três diferentes metodologias: levantamento e mapeamento participativo de coletivos juvenis, aplicação de questionários para

200 jovens e grupos de discussão com grupos juvenis formados a partir do retorno dos questionários.

Mesmo antes do início formal das ações, a equipe se reuniu algumas vezes com o objetivo de organizar o planejamento e a metodologia da pesquisa. Como a pesquisa tinha, em sua primeira fase, o objetivo de realizar ações de mapeamento participativo juntamente com organizações ou coletivos na zona leste e na zona sul, a coordenação da pesquisa convidou, em dois momentos diferentes, pessoas que tinham experiências com esse tipo de metodologia.

A partir dessas discussões, da leitura de textos e artigos, a equipe desenvolveu uma “proposta de atividades de mapeamento participativo em coletivos de jovens”, com um roteiro para as atividades de mapeamento participativo a serem realizadas em coletivos ou empreendimentos juvenis.

Seguindo a metodologia de mapeamento participativo utilizada na pesquisa “Conexões da Zona Sul: mapeamento de atores, ações e relações solidárias (Esteves, Pereira e Spink, 2019), definimos que as atividades de mapeamento seria baseada no mapeamento com base cartográfica (Silva & Verbicaro, 2016 apud Esteves, Pereira e Spink, 2019) e confeccionamos um mapa de ruas da cidade de São Paulo.

Para as oficinas levamos o mapa do território tamanho A2, 30 pinos de várias cores, adesivos para escrever os nomes dos parceiros e linhas coloridas (de cartolina – para representar as conexões).

Optou-se, nesta fase da pesquisa, ir a campo e conversar com membros de diferentes segmentos para levantarmos informações a respeito da pesquisa. Foi decidido que as entrevistas (e, em alguns casos, atividades de mapeamento participativo) fossem feitas com representantes de:

- Coletivos ou grupos de jovens;
- Empreendimentos (negócios) formados por jovens;
- Órgãos públicos com atuação na periferia e com jovens;

Mais do que entrevistas e mapeamento, foram realizadas conversas com várias pessoas envolvidas com o tema do jovem, em especial na perspectiva de trabalho e geração de renda. Em uma perspectiva de campo-tema (SPINK, 2003), os jovens e o mundo do trabalho aqui estudados são o tema e ao mesmo tempo, o campo de pesquisa, formado por pessoas, eventos, lugares, histórias que se entrelaçam e que o(a) pesquisador(a) acaba fazendo parte. Para o autor, campo-tema pode ser traduzido como “a ideia social da importância de um conjunto de preocupações e o argumento a favor da utilidade de uma expressão específica como forma de referenciar, vincular e relacionar eixos e assuntos relacionados” (Spink, 2008: 73).

No caso deste trabalho, os coletivos ou grupos, empreendedores e técnicos/servidores de órgãos públicos tiveram sua contribuição para a exploração de questões que ainda não haviam sido discutidas, assim como para levantar contatos de jovens nas regiões pesquisadas para a segunda fase da pesquisa.

Portanto, a partir de conversas em reuniões dos integrantes da pesquisa, definimos que os objetivos dessas atividades seriam:

- Aproximar dos empreendimentos e grupos ou coletivos das zonas leste e sul de São Paulo;
- Levantar outros empreendimentos, grupos ou coletivos e parceiros desses primeiros contatos;

- Compreender como esses empreendimentos e grupos ou coletivos estão inseridos e articulados na região;
- Levantar a visão de moradores e trabalhadores das periferias sobre as condições dos jovens e o mundo do trabalho;
- Levantar contatos de jovens que poderiam participar da pesquisa em sua segunda fase (aplicação de questionários).

Assim, em todas as visitas de campo, foram realizadas várias entrevistas e conversas com o objetivo de compreender a realidade local. Não foi preparado um questionário, mas sim um roteiro de perguntas que serviu de base para todas as conversas:

- Bloco 1: sobre a organização/ coletivo
- Bloco 2: sobre jovens e geração de trabalho e renda
- Bloco 3: parcerias na região

4. O Trabalho de Campo

Na região da zona leste, entrevistamos 21 pessoas ligadas a 12 organizações. Dessas 12, seis são coletivos ou grupos de jovens, dois órgãos públicos e quatro negócios. Dos 12, sete estão localizados na região da Prefeitura Regional de São Mateus e cinco, na Prefeitura Regional de São Miguel Paulista.

Para todos os participantes das entrevistas, sejam integrantes de grupos culturais, sejam empresários e mesmo os gestores ou técnicos relacionados a órgãos públicos, a primeira dificuldade lembrada e mencionada é a financeira. Uma grande dificuldade para os jovens membros de coletivos é se manterem financeiramente sem a necessidade de renda extra, muitas vezes renda além de sua produção artística. Essa dificuldade financeira dos jovens pode gerar, segundo uma entrevistada, uma baixa autoestima.

Os escassos recursos financeiros acabam gerando outras dificuldades. Segundo um dos entrevistados, pelo fato de o espaço do coletivo onde atua não ter nenhum tipo de renda própria, este fica dependente de voluntários para auxiliar na execução de atividades, o que gera uma grande rotatividade de pessoal. Embora seja mais recorrente entre as organizações sem fins lucrativos o dilema de trabalho voluntário (por uma causa social) e a rotatividade, esse tema também pode estar presente na realidade dos negócios. Ainda mais considerando que a realidade atual seja de trabalho sem vínculo formal ou de trabalho autônomo, os pequenos (e muitas vezes os médios) empreendimentos não mantêm uma equipe fixa de trabalhadores.

Outra dificuldade apontada por um jovem empresário é que, apesar de seu negócio ser pequeno, ele trabalha em uma jornada exaustiva, até aos finais de semana, de aproximadamente 15 horas diárias. Outros entrevistados ligados a um negócio social também disseram que trabalham bem mais que as 44 horas semanais máximas que os empregos com carteira de trabalho permitem.

A realidade difícil dos jovens em relação à geração de renda leva muitos meninos para o mundo do crime. Um dos coletivos que participou da pesquisa nasceu justamente como uma saída para evitar que jovens fossem para a criminalidade e morressem pelas ações da polícia. O seu lema sempre foi a vida, em uma tentativa de multiplicar a consciência da atuação dos jovens na arte, educação e esporte. Para responder às dificuldades financeiras encontradas, esta iniciativa tornou-se o coletivo de outros coletivos, abrindo o espaço para que outros coletivos pudessem atuar.

Importante ressaltar e valorizar as diversas alternativas que os grupos criam para se renovar, para não morrerem e para fazerem sentido para os seus integrantes e para as comunidades onde estão inseridos. É verdade que muitos coletivos não sobrevivem quando o recurso de um edital público, por exemplo, acaba ou quando os seus integrantes são forçados a rever suas prioridades. No entanto, outros grupos nasceram a partir do desejo de um ou mais jovens de fazerem algo diferente, seja formar um grupo de teatro, de grafite ou de dança, seja voltado ao esporte.

Há uma história de um coletivo que surgiu da união de jovens que de início desejavam apenas estudar arte e que, com o auxílio do VAI, do Programa de Fomento à Cultura da Periferia e de outros equipamentos culturais de periferia, foi ampliando, se tornando um incentivo à produção artística periférica. Hoje essa iniciativa é considerada por seus membros um negócio social e seu objetivo é a valorização da identidade desses locais, por meio de atividades como suas feiras culturais, formações de moda, formação artística e acima de tudo por meio da venda das roupas confeccionadas por eles.

4.1. Visão Sobre o Mundo do Trabalho

Entre os participantes das atividades de mapeamento e das entrevistas, a visão sobre o jovem e o mundo do trabalho é muito similar. Muitos foram os depoimentos que os jovens homens das periferias estão se envolvendo mais em negócios como barbearia, tabacaria e lava rápido, e as jovens mulheres, em salão de beleza, unha gel e confeitaria. Mas também são muitos que os jovens trabalham no farol com rodinho (pedindo dinheiro em troca de limpar o vidro dos carros que aguardam a liberação do semáforo), que entregam comida via sistema de aplicativos, vendem ovos (na rua é comum haver pessoas que revendem caixas com 10 ovos), que vendem “pizza de 10” (pizzas que custam R\$ 10,00), trabalhos esses mais informais e precários. Por fim, há alguns jovens trabalham em adegas 24 horas, que são distribuidoras de bebidas e que têm relação com música, como funk.

Já nos bairros mais pobres, onde os jovens não têm perspectivas, as jovens mulheres se dedicam mais a cuidar dos filhos, enquanto os jovens homens acabam atuando ou em pequenos trabalhos informais e precários, como auxiliar de pedreiro e trabalho com ferragens e gesso, ou com a criminalidade. São pouquíssimos os jovens que tem carteira de trabalho registrada. Alguns entrevistados chegaram a comentar que ou os jovens fazem trabalhos mal remunerados,

sem vínculo empregatício, de forma autônoma ou acabam entrando para o crime, como possibilidade de obterem renda maior.

No campo da cultura, a visão de alguns entrevistados é de que muitos jovens ligados à arte atuam em coletivos, pois trabalhar sozinho é mais difícil; os artistas de circo trabalham em metrô, farol, fazendo mímica na praça; e muitos jovens artistas fazem formação paralela e a arte acaba sendo apenas uma segunda fonte de renda. Os próprios entrevistados relataram que têm um outro emprego (professor, por exemplo) e outros atuam com arte para além do grupo: ou de forma individual ou participando de outros grupos. Assim eles entendem que os jovens de 20 anos que pretendem seguir uma carreira nas artes devem atuar em várias frentes diferentes, até poderem se estabilizar no campo cultural. Segundo os participantes, o movimento natural é a formação de grupos periféricos.

Em uma outra entrevista, foi dito que, de um modo geral, os artistas da periferia que atuam na área da arte e cultura ou sobrevivem com recursos próprios (outras fontes de renda), ou com recursos de financiamento de edital (na sua maioria há uma combinação das duas fontes de renda). Muitos montam seus espetáculos e abrem a bilheteria para captar recursos. Mas ainda há grupos mais consolidados que são convidados a se apresentarem mediante remuneração no Sesc, por exemplo, ou em outros circuitos. Alguns grupos também recebem financiamento de empresas privadas. Por exemplo, artistas ligados à contação de histórias são contratados por Shoppings.

Alguns entrevistados explicam que muitos jovens estão trabalhando de forma precária, devido à inexistência de uma grande organização de produção, comercialização e consumo nas periferias dos grandes centros urbanos. Segundo eles, algumas iniciativas já existem na região, como a criação de uma moeda social e a organização de uma cooperativa de costureiras. Todavia acreditam que o desenvolvimento econômico pode ser fomentado nessas regiões de forma a gerar trabalho para os jovens e evitar que muitos deles entrem em contato com a criminalidade. Para uma entrevistada a ideia de meritocracia não se aplica nas periferias pois o acesso é restrito e os jovens que se destacam são justamente os ligados a grupos de atuação cultural na região.

Ela ainda diz que não há iniciativas de organizações não governamentais, fundações, empresas, poder público para enfrentar o desafio de jovens se inserir no mercado e gerar renda. São os próprios jovens que desenvolvem suas estratégias de geração de renda, seja na área de moda, gastronomia, barbearias ou produção cultural: a maioria delas de forma informal. Nesse sentido, as iniciativas são individuais ou coletivas, sendo que a maioria dessas últimas são relacionadas à produção cultural, que acabam vivendo de recursos de editais e recursos públicos.

A opinião um entrevistado é a de que há muitos jovens engajados em projetos de geração de trabalho e renda, como, por exemplo, uma jovem mulher que ele conhece que produz cosméticos naturais e comercializa. Ele mesmo, em dupla com outro jovem, está desenvolvendo uma bateria ecológica de geração doméstica de eletricidade. Outro entrevistado confirmou essa proatividade dos jovens, explicando que eles desenvolvem produtos de qualidade, porém a dificuldade é a sua comercialização. Uma das estratégias é os diferentes grupos e artistas se apoiarem mutuamente criando uma rede de troca de serviços um do outro.

4.2. Rede de Solidariedade

A solidariedade é algo muito presente na periferia. Os moradores do mesmo bairro se conhecem, convivem e criam alternativas e relações de troca para garantir condições mínimas de vida cotidiana. Assim, é muito comum uma moradora cuidar das crianças de outras mães para que elas possam trabalhar, ou um morador dar uma olhada na casa ou na loja do vizinho enquanto ele tem que dar uma saída rápida para resolver alguma questão.

Durante a pesquisa percebemos o quanto as pessoas e, principalmente os jovens, vivem e sobrevivem por conta das redes de solidariedade que vão sendo criadas e construídas entre os grupos, coletivos, jovens, órgãos públicos e mesmo com fundações empresariais. Os grupos localizados na região da Prefeitura Regional de São Miguel Paulista com os quais conversamos são frutos de suas próprias iniciativas, da vontade de atuarem na região e das ideias de seus membros. Mas para eles, a fundação empresarial situada na região, com muita influência em projetos sociais locais, é parte fundamental de suas vidas. Todos os entrevistados da região de São Miguel Paulista comentaram sobre essa instituição, dando a impressão de que não há, na região, algum grupo que não tenha, em algum momento de sua existência, se beneficiado pelo apoio dessa importante fundação empresarial.

Nesse sentido, na região de São Miguel Paulista, onde há uma atuação de um grupo empresarial que apoia a população local com cursos, recursos financeiros e projetos de melhoria das condições de vida da população há muitos anos, os integrantes de grupos e coletivos de jovens falam mais de empreendedorismo e de economia criativa, por exemplo. Já na região de São Mateus, os entrevistados de grupos e coletivos não mencionaram em momento termos como empreendedorismo, economia criativa e parceria, mas sim termos como solidariedade e humano.

4.3. Políticas Públicas

Do ponto de vista dos gestores públicos que estão nos bairros das periferias, foi interessante perceber o quanto a solidariedade continua sendo a base das políticas públicas. Embora haja políticas municipais, pensadas e implementadas a partir das secretarias municipais, são nos equipamentos públicos descentralizados que estão os servidores que atuam na ponta, em constante contato com os moradores dos bairros mais periféricos.

Segundo uma entrevistada que atua em um equipamento público em um bairro muito pobre, com alta densidade populacional e desprovido de políticas públicas, os jovens estão muito acomodados e sem perspectivas. A maioria deles teve uma infância difícil, jamais saiu de São Mateus e sua visão de mundo é limitada àquela realidade. Sendo assim, é muito comum que as jovens mulheres saiam cedo de casa, se envolvam com um namorado, engravidem e passem a morar na casa da sogra. Os relacionamentos dessas jovens mulheres são geralmente instáveis e muitas vivem sozinhas. Embora elas almejem ter recurso para manter o próprio sustento, a

maioria desistiu de trabalhar. Grande parte delas também teve filho na adolescência e depende de terceiros (família), independente de terem concluído ou não o ensino médio. Há ainda as jovens que vivem de benefícios sociais. Todavia poucas trabalham.

Do ponto de vista da cultura, as políticas municipais de fomento aos grupos culturais são muito relevantes para estimular o desenvolvimento de atividades culturais, inclusive do ponto de vista da geração de renda de jovens artistas. No município de São Paulo, o Programa VAI foi criado pela lei municipal 13.540 e regulamentado pelo decreto municipal 43.823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Em 2013, o programa foi ampliado por meio da lei municipal 15.897. Importante ressaltar que o programa VAI, criado em 2003, passou a ser dividido em duas categorias, a partir de 2013: VAI I, destinado a grupos e coletivos compostos de pessoas físicas, jovens entre 18 e 29 anos, de baixa renda; e VAI II, que é destinado a grupos e coletivos compostos por jovens ou adultos de baixa renda, que tenham, no mínimo, dois anos de atuação em localidades com alto índice de vulnerabilidade, desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Em relação aos valores dos programas, em 2020, o orçamento máximo por projeto era de R\$ 42.000,00, no VAI I e de R\$ 84.000,00 no VAI II. Já o Programa de Fomento à Cultura da Periferia foi instituído pela lei municipal 16.496, de 2016, com a finalidade de apoiar financeiramente coletivos artísticos e culturais que atuam há três anos ou mais nas periferias de São Paulo. Em 2019, as propostas deveriam ter o valor mínimo de R\$ 110.356,15 e máximo de R\$ 331.065,45, com plano de trabalho de até 24 meses.

Segundo alguns entrevistados, durante a gestão municipal 2013-2016, a Supervisão da Diversidade Cultural, do programa VAI, organizou além do fomento dos grupos culturais, diferentes redes e encontros entre diferentes artistas. Por exemplo, encontros de teatro e hip hop. Em suma muitos coletivos foram criados por conta do estímulo financeiro e o apoio com formação do programa VAI. Em 2017, houve mudança da gestão e a política de fomento cultural retraiu, o que resultou na diminuição de muitos coletivos, antes fomentados pelo Programa. O poder público tem poder de mobilizar ou desmobilizar os jovens em relação à organização, atuação e geração de renda.

As políticas públicas que apoiam financeiramente os grupos culturais são fundamentais para a expansão de eventos, a criação e manutenção de grupos de artistas e o fomento à cultura de uma forma geral. Os coletivos culturais têm muita dificuldade de sobreviver da arte. Políticas como VAI I, VAI II e Fomento à Periferia foram e são importantes para que os artistas possam se manter. No entanto, há um certo entendimento de que esses programas ainda são restritos e não são essenciais para a ampliação e expansão desses movimentos e grupos. Na realidade, eles facilitam os artistas, mas não são variáveis determinantes. Os grupos de sarau, audiovisual, dança de rua, teatro, por exemplo, continuariam a realizar suas atividades, independente do apoio financeiro, simplesmente porque os seus integrantes gostam do que fazem.

Para alguns participantes dos coletivos e negócios de São Miguel Paulista com quem conversamos, não basta criar oportunidades para que os jovens evitem o crime, é necessário também investir em perspectivas. O preconceito contra a população periférica - especialmente contra a população mais jovem - é muito presente em suas vidas.

Considerações finais

As conversas com os diferentes grupos possibilitaram levantar uma hipótese: onde os grupos e coletivos recebem influência de grupos empresariais, os jovens, embora acreditem em solidariedade, defendem ideias mais voltadas a negócios, eficiência e gestão. Mesmo quando o grupo está se referindo à cultura, aparece a ideia de economia criativa, muito utilizada pelos gestores do governo municipal de São Paulo e que corresponde ao setor econômico formado pelas atividades econômicas que tem como matéria prima a criatividade e as habilidades dos indivíduos ou grupos que oferecem esses produtos ou serviços .

Por exemplo, para os jovens de um coletivo em São Miguel Paulista, onde há atuação de uma fundação empresarial, o maior desafio é “vender trabalho”. Eles explicam que uma das suas estratégias é conhecer outros coletivos, grupos e artistas para que cada um possa apoiar, comprar e contratar os serviços um do outro. Os seus representantes disseram que na zona leste e em São Paulo já há uma rede gigantesca (*network* -termo usado pelos entrevistados) de economia criativa.

Já onde os jovens não têm contato com ações empresariais, as suas percepções não passam pela ideia de negócio, mas sim de apoio, cooperação e solidariedade. Segundo alguns entrevistados, na época em que os grupos culturais da região tiveram acesso a editais e recursos públicos foi um momento de transição e de fortalecimento. Criou-se na região uma lógica de parcerias entre os grupos. Até hoje, aqueles contemplados com os editais apoiam (“carregam”) os que não foram contemplados. Segundo um dos entrevistados, “a dinâmica entre os diferentes grupos artísticos da região contrapõe a lógica do capital. O dinheiro circula”.

Para alguns jovens com quem conversamos, a formação humana, que tem a ver com teatro, é uma das riquezas da experiência dos grupos de jovens. O mais próximo que se chegou em termos de relações com o setor privado foi o apoio que o Sesi deu aos grupos culturais da região. Segundo seus integrantes, ele teve um papel importante na formação dos jovens ligados a projetos artísticos que queriam se profissionalizar. Muitos deles fizeram oficinas ou cursos vocacionais. Muitos outros coletivos e grupos queriam submeter projetos para conseguir fomento via edital da Secretaria de Cultura. Nesse sentido, a experiência de um grupo com mais experiência foi importante para outros grupos.

Em São Mateus, onde não há influência forte do setor empresarial, são os grupos de jovens que conseguiram se desenvolver e buscar recursos que apoiam os jovens que estão começando. Um exemplo é a história de dois jovens que abriram um negócio no bairro. A capacitação deles é fruto da utilização dos recursos de uma associação local que se tornou Ponto de Cultura. Dessa forma, atrelado ao objetivo de formar cinco jovens por ano, uma associação local, formada por jovens, está possibilitando a criação de um negócio entre outros jovens na periferia.

Essas iniciativas demonstram que, apesar de poucas perspectivas, ainda há potencial para jovens se integrarem em iniciativas que permitem transformar as suas realidades. Os coletivos e grupos das periferias são, em certa medida, iniciativas de jovens que buscam formas alternativas de se inserir na sociedade, onde sempre foram excluídos, por serem pobres e negros e por morarem em favelas e bairros precários. A juventude, embora não esteja representada em espaços mais tradicionais de participação política (conselhos de políticas públicas, juventudes de

partidos políticos, sindicatos de trabalhadores), é uma peça central na resistência ao desmonte das políticas públicas que presenciamos no cenário nacional e local. Os jovens da periferia, por meio de sua arte, trabalho, estudos, estão questionando o modelo vigente de produção do espaço urbano, que exclui os pobres (Almeida, 2019; Corrochano & Laczynski, 2021).

Referências Bibliográficas

- Almeida, Renato S. D. (2009). *Juventude e participação: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo*. São Paulo: Mestrado, Pontifícia Universidade Católica.
- Araujo, Kathia., & Martuccelli, Danilo. (2012). *Desafíos comunes. Retrato de la sociedad chilena y sus individuos. Tomo I*. LOM Ediciones. Sociología, Ciencias Humanas. Santiago de Chile.
- Brown, Wendy. (2018). *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições.
- Carretero, Gustavo H. (2021). Particularidades Históricas e Sociais do Entrelaçamento Entre Capitalismo, Questão Social e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 11(1), 81-97. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v11p81-97>
- Corrochano, Maria Carla., & Laczynski, Patrícia. (2021). Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. *Linhas Críticas*, 27, 1-19. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36720>
- Dagnino, Evelina. (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, 3(5), 139-164. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Esteves, Egeu G., da Silva Pereira, Cleberson., & Spink, Peter K. (2019). Conexões da Zona Sul: mapeamento participativo de atores, ações e relações solidárias. Athenea Digital. *Revista de pensamiento e investigación social*, 19(1), 2180. ISSN: 1578-8946. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53765110005>
- Harvey, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola.
- Majone, Giandomenico. (1999). Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, 50(1), 5-36. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.21874/rsp.v50i1.339>
- Oliveira, Beatriz Besen de. (2019). A Demão Invisível do Mercado: desregulamentação do mundo do trabalho, políticas de austeridade e ativismo jurídico. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(1), 16-31. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v9p16-31>
- Robinson, William I. (2011). Global capitalism and 21st century fascism. *Al Jazeera*, 8.
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v8p194-204>
- Spink, Peter K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15, 18-42. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- Spink, Peter K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20, 70-77. Acessado em 5 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>

Recebido em 05/06/2022.

Revisado em 14/07/2022.

Aceito 17/08/2022.